



Manual de Controles Internos

Versão 1.2 – maio de 2025

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

INDICE

1. Propósito e Abrangência	3
2. Base Legal.....	3
3. Responsabilidade	6
4. Estrutura Organizacional.....	7
5. Termo de compromisso	9
6. Da Monitoração de Compliance	9
7. Sanções (“Enforcement”)	9
8. Política de Confidencialidade	10
9. Divulgação de Fatos Relevantes.....	13
10. Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética.....	14
11. Proteção de Dados.....	23
12. Política de Treinamento.....	26
13. Política de Certificação Anbima	27
14. Propriedade Intelectual	29
15. Política de Anticorrupção	30
16. Política de Contratação de Terceiros	32
17. Divulgação de documentos e políticas no Website.....	41
18. Documentação e Armazenamento	42
19. Revisão e Programa de Compliance	42
20. Controle de Versões	43
21. Anexo – Termos	44

1. Propósito e Abrangência

Este documento (“Manual de Controles Internos” ou “Manual”) tem como objetivo consolidar todos os padrões técnicos, descrições dos controles operacionais e demais temas relevantes que compõem as boas práticas a serem observadas para fortalecimento e funcionamento dos sistemas de controles internos e de governança das respectivas gestoras Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”)

Neste contexto, o presente Manual abrange diversos temas essenciais, tais como:

- (i) normas de confidencialidade;
- (ii) divulgação de fatos relevantes;
- (iii) segurança da informação;
- (iv) proteção de dados pessoais;
- (v) treinamento;
- (vi) certificações obrigatórias;
- (vii) propriedade Intelectual;
- (viii) normas anticorrupção;
- (ix) contratação de terceiros; e
- (x) divulgação de documentos e políticas.

A abrangência desta política se aplica a todos aqueles profissionais que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia ou de estágio com a Parcitas (“Colaboradores”), tanto na sua atuação interna quanto na sua comunicação com os diversos terceiros, principalmente aqueles Colaboradores que possam vir a ter acesso a informações confidenciais.

Além disso, as regras aqui estabelecidas, no que couber e for possível, especialmente, mas não exclusivamente, aquelas relacionadas ao sigilo, estendem-se a: (i) cônjuges ou companheiros; (ii) dependentes financeiros, como descendentes menores de idade ou declarados no imposto de renda; e (iii) pessoas jurídicas influenciadas diretamente pelos Colaboradores ou pelas pessoas acima referidas. (“Partes Relacionadas”).

2. Base Legal

O Manual de Controles Internos da Parcitas é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho de todos os Colaboradores, refletindo o compromisso da organização com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores

Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), além do cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Este Manual orienta as ações e decisões de todos os Colaboradores, assegurando que as atividades da Parcitas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam o Manual de Controles Internos da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 50 de 31 de agosto de 2021: Trata da prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/CFT), exigindo rigorosos controles internos e procedimentos para mitigar esses riscos.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Ofício Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orienta sobre as rotinas e controles internos relativos à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
- Manual de Ética da Anbima: Em vigor desde 1º de julho de 2021, estabelece os princípios éticos e de conduta para as instituições associadas, incluindo a Parcitas.
- Manual Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Manual Anbima de Certificação: Que orienta e define as exigências acerca das certificações obrigatórias para exercício da atividade de gestão de recursos.
- Norma Anticorrupção: Regulamentada pela Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e pelo decreto nº 11.129 de 11 de julho de 2022, responsabiliza administrativamente e civilmente

as pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

- Lei da Lavagem de Dinheiro: Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e estabelece o Conselho de Controles de Atividades Financeiras.
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”): Lei nº 13.709/18, de 14 de agosto de 2018 que estabelece diretrizes claras para a coleta, uso, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais no Brasil, garantindo que tais informações sejam tratadas com segurança e transparência. O objetivo principal da LGPD é proteger os direitos fundamentais de privacidade e a liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico e tecnológico.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação do Manual

Para a interpretação dos dispositivos deste Manual de Controles Internos, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade do Manual

As disposições deste Manual aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

Este Manual também foi elaborado sobre os preceitos do Manual de Conduta da Parcitas que serve como uma bússola ética e regulatória, orientando as ações de todos os Colaboradores

para assegurar que a empresa opere dentro dos mais altos padrões de conformidade e integridade. O cumprimento rigoroso dessas diretrizes é essencial para preservar a reputação da Parcitas e garantir a sustentabilidade de suas operações em um ambiente regulatório complexo e dinâmico.

3. Responsabilidade

A coordenação direta das atividades relacionadas a este Manual é uma atribuição do Diretor estatutário responsável pela Gestão de Riscos, Compliance, Controles Internos e de Prevenção a Lavagem de Dinheiro da Parcitas ("Diretor de Riscos e Compliance"), nos termos da Resolução CVM 21.

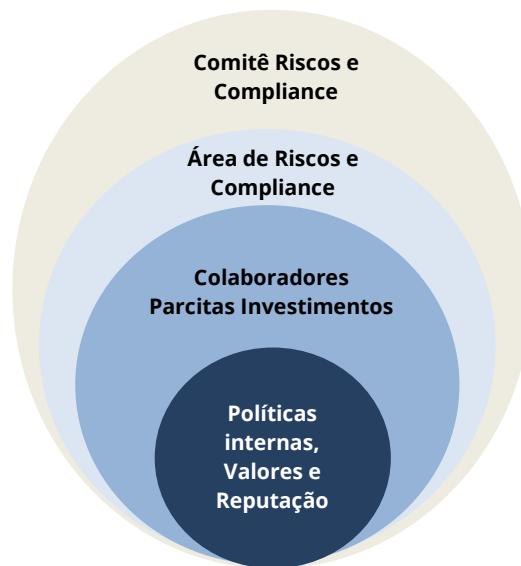
É responsabilidade de todos os Colaboradores da Parcitas, no âmbito das atividades que desempenham, compreender e agir em conformidade com o conteúdo deste manual, bem como com as normas legais e regulatórias aplicáveis. Cada Colaborador deve zelar pelos melhores interesses da Parcitas e de seus investidores. Caso tenha conhecimento de informações ou situações em andamento que possam afetar, gerar conflitos ou se revelarem contrárias aos termos previstos neste manual, deverá obrigatoriamente informar o Diretor de Riscos e Compliance ou algum dos membros do Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas Investimentos, para que sejam tomadas as devidas providências.

Toda comunicação com a equipe de Risco e Compliance é tratada de forma confidencial e deve ser realizada por meio do e-mail compliance@parcitas.com.br ou através do Canal de Denúncias disponível para os Colaboradores no parcitas.com.br/canal-de-denuncias.

A Parcitas incentiva seus Colaboradores a reportarem atividades que não estejam em conformidade com este Manual, contribuindo assim para garantir que as operações da empresa estejam alinhadas com as leis e regulamentações vigentes. A Parcitas garante a inexistência de retaliações contra Colaboradores que relatem, de boa-fé, possíveis violações deste Manual. No entanto, Colaboradores que se omitirem dessa responsabilidade poderão estar sujeitos às sanções estabelecidas neste Manual.

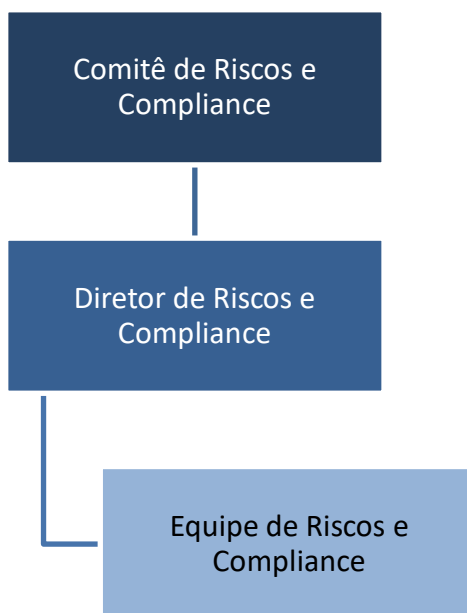
Se a violação ou suspeita envolver o próprio Diretor de Risco e Compliance, o Colaborador deverá comunicar o fato aos demais administradores, diretamente ou por meio do Canal de Denúncias disponível.

Linha de defesas da Parcitas Investimentos:



4. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional de Riscos e Compliance da Parcitas Investimentos é composta pelo Comitê de Riscos e Compliance, pelo Diretor de Riscos e Compliance e a área sob sua supervisão, conforme abaixo:



No Comitê de Riscos e Compliance serão tratados todos os assuntos pertinentes à Gestão de Riscos e de Compliance, a exemplo: (i) discutir os controles e políticas de compliance existentes, de tempos em tempos; (ii) definir os princípios éticos a serem observados por todos os Colaboradores da Parcitas Investimentos, constantes deste manual ou de outros documentos que vierem a ser produzidos para este fim; (iii) promover a ampla divulgação e aplicação dos preceitos éticos no desenvolvimento das atividades de todos os Colaboradores da Parcitas Investimentos, inclusive por meio dos treinamentos previstos neste manual; (iv) apreciar todos os casos que cheguem ao seu conhecimento sobre o potencial descumprimento dos preceitos éticos e de compliance previstos neste manual ou nos demais documentos aqui mencionados, e apreciar e analisar situações não previstas, sendo certo, caso algum membro do Comitê estiver envolvido no potencial descumprimento, ficará impedido de votar; (v) garantir o sigilo de eventuais denunciadores de delitos ou infrações, mesmo quando estes não solicitarem, exceto nos casos de necessidade de testemunho judicial; (vi) solicitar sempre que entender necessário, para a análise de suas questões, o apoio da auditoria interna ou externa ou outros assessores profissionais; (vii) tratar todos os assuntos que cheguem ao seu conhecimento dentro do mais absoluto sigilo e preservando os interesses e a imagem institucional e corporativa da Parcitas Investimentos, como também dos Colaboradores envolvidos; (viii) definir eventuais sanções aos Colaboradores. As decisões em última instância são tomadas no âmbito do Comitê de Riscos e Compliance.

- Periodicidade: semestral e/ou extraordinariamente, em prazo inferior, se necessário;
- Composição: participação obrigatória do Diretor de Riscos e Compliance e do Diretor de Investimentos e/ou de um gestor ou Colaborador da área de Risco;
- Decisões: deliberações serão aprovadas obrigatoriamente mediante voto favorável do Diretor de Riscos e Compliance;
- Formalização das Decisões: poderá ser formalizado por e-mail ou ata.

A área de Riscos e Compliance dedica-se com exclusividade a fazer cumprir as decisões estabelecidas pelo Comitê de Riscos e Compliance, realizar as atividades de monitoração de todas as atividades desempenhadas pela Parcitas em conformidade com os normativos e leis vigentes.

Os Colaboradores da equipe de Risco e Compliance desempenham suas funções de maneira totalmente independente das demais áreas da Parcitas.

O Diretor de Riscos e Compliance não desempenha, nem desempenhará, atividades ligadas à administração de recursos de terceiros ou qualquer outra função que comprometa sua independência, seja na Parcitas ou em qualquer outra instituição.

5. Termo de compromisso

Este manual é uma parte essencial das normas que regulam a relação societária e/ou empregatícia dos Colaboradores. Ao receber este documento, os Colaboradores deverão assinar o Termo de Recebimento e Compromisso, conforme especificado no Capítulo 21 - Anexos deste manual, para confirmar que estão cientes e aceitam as regras, princípios, valores e conceitos estabelecidos aqui, bem como nas demais políticas internas da Parcitas. Anualmente, a Parcitas solicitará que os Colaboradores renovem anualmente a assinatura do Termo de Recebimento e Compromisso, reafirmando seu entendimento e concordância com os manuais e políticas vigentes.

6. Da Monitoração de Compliance

A área de Riscos e Compliance realiza um monitoramento, sob responsabilidade do Diretor de Riscos e Compliance, sobre uma amostra significativa de Colaboradores, escolhida aleatoriamente, para que sejam verificados os arquivos eletrônicos, inclusive mensagens de e-mails, gravações de vídeos, sites e conteúdos acessados com o objetivo de verificar possíveis situações de descumprimento das regras contidas no presente manual, sem que isso represente invasão de privacidade dos Colaboradores, já que são ferramentas de trabalho disponibilizadas pela Parcitas.

O Diretor de Riscos e Compliance poderá utilizar as informações obtidas em tais sistemas para, após deliberação pelo Comitê de Riscos e Compliance, aplicar eventuais sanções aos Colaboradores envolvidos. No entanto, a confidencialidade dessas informações é respeitada e seu conteúdo será disponibilizado ou divulgado somente nos termos e para os devidos fins legais ou em atendimento a determinações judiciais.

7. Sanções (“Enforcement”)

O descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das regras estabelecidas neste manual ou das demais normas aplicáveis às atividades da Parcitas Investimentos deverão ser levadas para apreciação do Comitê de Riscos e Compliance da Parcitas, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste manual.

Competirá ao Diretor de Riscos e Compliance aplicar as sanções decorrentes de tais desvios que venham a ser definidos pelo Comitê de Riscos e Compliance, nos termos deste manual, garantido ao Colaborador amplo direito de defesa.

Podem ser aplicadas, entre outras, (i) penas de advertência, (ii) suspensão, (iii) destituição em caso de sócios administradores, (iv) demissão por justa causa, nos termos do artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sem prejuízo do direito da Parcitas Investimentos de

pleitear indenização por danos sofridos e/ou lucros cessantes, por meio das medidas legais cabíveis.

A Parcitas não assume a responsabilidade de Colaboradores que transgridam a lei ou cometam infrações no exercício de suas funções. Caso a Gestora venha a ser responsabilizada ou sofra prejuízo de qualquer natureza por atos de seus Colaboradores, ela poderá exercer o direito de regresso em face dos responsáveis.

8. Política de Confidencialidade

8.1. Sigilo e Conduta

As disposições do presente capítulo se aplicam aos Colaboradores que, por meio de suas funções na Parcitas Investimentos, podem ter ou vir a ter acesso a informações confidenciais ou informações privilegiadas de natureza financeira, técnica, relacionamento com clientes, estratégica, negocial ou econômica, dentre outras.

Caso a Parcitas Investimentos venha a contratar terceiros para prestação de serviços e estes venham a ter acesso a informações confidenciais, conforme abaixo definido, o contrato de prestação de serviços deverá prever cláusula de confidencialidade e, ainda, o estabelecimento de indenização em caso de quebra de sigilo. A Parcitas avaliará, ainda, a necessidade dos funcionários do terceiro contratado envolvidos diretamente na prestação dos serviços e que tiverem acesso a informações confidenciais assinarem pessoalmente um termo de confidencialidade nos moldes do documento disponível neste manual.

Conforme disposto no Termo de Confidencialidade nos moldes do documento disponível no Capítulo 21 deste manual, que deverá ser assinado por todos os Colaboradores antes do início de suas atividades, nenhuma informação confidencial deve, em qualquer hipótese, ser divulgada fora do âmbito das atividades da Parcitas Investimentos. Fica vedada qualquer divulgação, no âmbito pessoal ou profissional, que não esteja em acordo com as normas legais e de compliance da Parcitas, especialmente, mas não de forma limitada, aquelas transcritas nos moldes do documento disponível neste manual.

Na questão de confidencialidade e tratamento da informação, o Colaborador deve cumprir o estabelecido nos itens a seguir, sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável.

8.2. Informações Confidenciais

São consideradas informações confidenciais, independente destas informações estarem contidas em discos, *pendrive*, fitas, outros tipos de mídia ou em documentos físicos, ou serem escritas, verbais ou apresentadas de modo tangível ou intangível, qualquer informação sobre a Parcitas Investimentos, seus sócios e clientes, incluindo:

- a) *Know-how*, técnicas, cópias, diagramas, modelos, amostras, programas de computador;
- b) Informações técnicas, financeiras ou relacionadas a estratégias de investimento e desinvestimento ou comerciais, incluindo, mas não se limitando a saldos, extratos e posições de clientes cujos veículos de investimentos são geridos pela Parcitas;
- c) Operações estruturadas, demais operações e seus respectivos valores analisadas ou realizadas pelos veículos de investimentos geridos pela Parcitas;
- d) Relatórios, estudos, opiniões e apresentações internas sobre ativos financeiros exceto quando não o forem disponibilizados ao público em geral;
- e) Relação de clientes, contrapartes comerciais, fornecedores e prestadores de serviços;
- f) Informações estratégicas, mercadológicas ou de qualquer natureza relativas às atividades da Parcitas e a seus sócios ou clientes;
- g) Informações a respeito de resultados financeiros antes da publicação dos balanços e balancetes dos veículos de investimentos geridos pela Parcitas;
- h) Transações realizadas e que ainda não tenham sido divulgadas publicamente;
- i) Quaisquer dados pessoais para fins da lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme definições previstas neste manual; e
- j) Outras informações obtidas junto a sócios, diretores, funcionários, trainees ou estagiários da Parcitas ou, ainda, junto a seus representantes, consultores, assessores, clientes, fornecedores e prestadores de serviços em geral.

Os Colaboradores se obrigam, ainda, a manter o mais completo e mais absoluto sigilo sobre todas e quaisquer informações sobre as atividades da Parcitas Investimentos e de seus clientes, bem, especialmente, mas não limitadamente, as informações protegidas por acordos de confidencialidade firmados pela Parcitas, abrangendo, sem limitação, quaisquer informações recebidas por meio escrito ou verbal, físico ou eletrônico, de propriedade e/ou posse da Gestora ou de seus clientes, sejam de natureza de relacionamento com clientes, jurídica, contábil, financeira, técnica, operacional ou de tecnologia, dados, planilhas, relatórios, lista de clientes, parceiros, potenciais parceiros, potenciais fornecedores, prestadores de serviços e potenciais prestadores de serviços, modelo de negócios, finanças, métodos contábeis, métodos gerenciais, estrutura de preços e custos, código-fonte, patentes, segredos comerciais, direitos autorais, logomarcas, apresentações, know-how, softwares, planejamento estratégico, informações pessoais ou de pessoas, fluxo de caixa e estratégias de investimento em geral.

8.3. Informação Privilegiada

Considera-se informação privilegiada qualquer informação relevante no âmbito de atuação da Parcitas Investimentos, que não tenha sido divulgada publicamente e que seja obtida de forma privilegiada, ou seja, em decorrência da relação profissional ou pessoal mantida com um cliente, com pessoas vinculadas às empresas analisadas ou investidas, com prestadores de serviço, ou com quaisquer terceiros.

Exemplos de informações privilegiadas são informações verbais ou documentadas a respeito de resultados operacionais de empresas, alterações societárias como fusões, cisões e incorporações, informações sobre compra e venda de empresas, títulos ou valores mobiliários, inclusive ofertas iniciais de ações (IPO), e qualquer outro fato que seja de conhecimento em decorrência do âmbito de atuação da Parcitas Investimentos e que ainda não foi devidamente levado à público.

As informações privilegiadas devem ser mantidas em sigilo por todos os Colaboradores que a elas tiverem acesso, seja em decorrência do exercício da atividade profissional, de relacionamento pessoal ou mesmo de forma involuntária.

Caso os Colaboradores tenham acesso, por qualquer meio, a informação privilegiada, deverão levar tal circunstância ao imediato conhecimento do Diretor de Riscos e Compliance, indicando, além disso, a fonte da informação privilegiada assim obtida.

Tal dever de comunicação também será aplicável nos casos em que a informação privilegiada seja conhecida de forma accidental, em virtude de comentários casuais ou por negligência ou indiscrição de pessoas que tenham tido acesso, por qualquer meio, a tais informações. Os Colaboradores que, desta forma, acessem a informação privilegiada, deverão abster-se de fazer qualquer uso dela ou comunicá-la a terceiros, exceto quanto à comunicação ao Diretor de Riscos e Compliance anteriormente mencionada.

Os Colaboradores da Gestora deverão guardar sigilo sobre qualquer informação relevante à qual tenham acesso privilegiado, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo pelos danos causados na hipótese de descumprimento.

Caso qualquer informação privilegiada a respeito das carteiras dos fundos de investimento sob gestão da Parcitas Investimentos venha a ser indevidamente divulgada, por qualquer meio, a terceiros, o Diretor de Riscos e Compliance deverá ser comunicado para que, se for o caso, seja divulgado fato relevante no menor prazo possível, a fim de impedir a disseminação da informação privilegiada.

8.4. Insider Trading, “Dicas” e Front-Running

Insider Trading significa a compra e venda de títulos ou valores mobiliários com base no uso de informação privilegiada, visando obter benefício próprio ou de terceiros, incluindo Colaboradores da Parcitas Investimentos e pessoas vinculadas a eles.

“Dica” é a transmissão, a qualquer terceiro, estranho às atividades da Parcitas Investimentos, de informação privilegiada que possa ser usada com benefício na compra e venda de títulos ou valores mobiliários.

Front-running significa a prática que envolve aproveitar alguma informação privilegiada para realizar ou concluir uma operação antes de outros.

É expressamente proibido valer-se das práticas descritas acima para obter, para si ou para outrem, vantagem indevida mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, de títulos e valores mobiliários, sujeitando-se o Colaborador às penalidades descritas neste manual e na legislação aplicável, incluindo eventual demissão por justa causa, além de eventuais consequências penais aplicáveis.

As regras de “Informação Privilegiada”, “*Insider Trading*”, “Dicas” e “*Front-running*” devem ser respeitadas não só durante a vigência de seu relacionamento com a Parcitas Investimentos, mas também após o seu término, não podendo utilizar informações materiais e não públicas a que teve acesso em decorrência de sua atuação profissional na gestora ou não.

9. Divulgação de Fatos Relevantes

Embora a responsabilidade pela divulgação de qualquer fato relevante relacionado ao fundo, à classe ou aos ativos que compõem sua carteira seja do administrador fiduciário, assim que tomar conhecimento, é fundamental que todos os demais prestadores de serviço do fundo, incluindo a Parcitas, informem imediatamente o administrador fiduciário sobre qualquer fato relevante de que tenham ciência para que a divulgação seja feita de forma adequada.

De acordo com o artigo 64, inciso 1 da Parte Geral da Resolução CVM 175, fatos relevantes são aqueles que possam impactar significativamente o valor das cotas ou influenciar as decisões dos investidores em relação à compra, venda, resgate ou manutenção das cotas.

Abaixo estão exemplos de situações que podem ser consideradas como fatos relevantes (lista não exaustiva):

- Alterações na tributação aplicável ao fundo, à classe ou aos cotistas;
- Contratação ou encerramento de contrato de formador de mercado;
- Contratação de agência de classificação de risco, quando não prevista no regulamento ou no anexo da classe;
- Mudanças na classificação de risco atribuída ao fundo, à classe ou à subclasse de cotas;
- Substituição de prestador de serviço essencial ao fundo;
- Fusão, incorporação, cisão ou transformação do fundo ou da classe de cotas;
- Alteração no mercado organizado onde as cotas do fundo são negociadas;
- Cancelamento da emissão ou negociação de cotas do fundo em mercados organizados;

- Emissão de cotas de fundo fechado.

Em situações excepcionais, a Parcitas e o administrador fiduciário poderão optar por não divulgar o fato relevante, caso considerem que sua divulgação possa comprometer o interesse legítimo dos cotistas ou do fundo. Nesses casos, a informação será tratada como confidencial até que seja considerado o momento adequado para a divulgação.

Por outro lado, o administrador fiduciário tem a obrigação de divulgar imediatamente qualquer fato relevante caso a informação vaze ou se houver oscilações atípicas no valor, preço ou volume negociado das cotas, em caso de negociação em mercado regulado. A Parcitas deverá notificar o administrador fiduciário sempre que tomar conhecimento de qualquer situação dessa natureza.

As informações relevantes serão publicadas no site oficial da Parcitas (www.parcitas.com.br).

10. Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética

As medidas de segurança da informação têm por finalidade minimizar as ameaças aos negócios da Parcitas Investimentos e às disposições deste manual.

A Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética leva em consideração diversos riscos e possibilidades considerando o porte, perfil de risco, modelo de negócio e complexidade das atividades desenvolvidas pela Parcitas Investimentos.

A coordenação direta das atividades relacionadas à Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética ficará a cargo do Diretor de Riscos e Compliance, que será o responsável inclusive por sua revisão, realização de testes e treinamento dos Colaboradores, conforme aqui descrito.

10.1. Identificação de Riscos (Risk Assessment)

No âmbito de suas atividades, a Parcitas Investimentos elenca os seguintes riscos internos e externos que precisam de proteção:

- **Dados e Informações:** as informações confidenciais, incluindo informações a respeito de investidores, clientes, Colaboradores e da própria Parcitas Investimentos, operações e ativos investidos pelas carteiras de valores mobiliários sob sua gestão, e as comunicações internas e externas (por exemplo: correspondências eletrônicas e físicas);
- **Sistemas:** informações sobre os sistemas utilizados pela Parcitas Investimentos e as tecnologias desenvolvidas internamente e por terceiros;
- **Processos e Controles:** processos e controles internos que sejam parte da rotina das áreas e do Compliance da Parcitas Investimentos;

- Governança da Gestão de Riscos: a eficácia da gestão de riscos pela Parcitas Investimentos quanto às ameaças e planos de ação, de contingência e de continuidade de negócios.

Ademais, no que se refere especificamente à segurança cibernética, a Parcitas Investimentos descreve as seguintes ameaças, em linha com o disposto no Guia de Cibersegurança da ANBIMA:

- Malware: Softwares desenvolvidos para corromper computadores e redes (tais como: Vírus, Cavalo de Troia, *Spyware* e *Ransomware*);
- Engenharia Social: Métodos de manipulação para obter informações confidenciais (*Pharming*, *Phishing*, *Vishing*, *Smishing*, e Acesso Pessoal);
- Ataques de DDoS (*distributed denial of services*) e botnets: Ataques visando negar ou atrasar o acesso aos serviços ou sistemas da instituição;
- Invasões (*advanced persistent threats*): Ataques realizados por invasores sofisticados, utilizando conhecimentos e ferramentas para detectar e explorar fragilidades específicas em um ambiente tecnológico.

Com base no acima, a Parcitas Investimentos avalia e define o plano estratégico de prevenção e acompanhamento para a mitigação ou eliminação dos riscos, assim como as eventuais modificações necessárias e o plano de retomada das atividades normais e reestabelecimento da segurança devida.

10.2. Ações e Prevenção e Proteção

Como parte de suas rotinas regulares de verificação, o sistema de detecção realiza um escaneamento completo dos computadores e servidores da Parcitas Investimentos em tempo real, buscando identificar e eliminar as ameaças listadas acima.

10.2.1. Regras Gerais

No tocante à segurança da informação, a Parcitas Investimentos realiza efetivo controle do acesso a arquivos que contemplem informações confidenciais em meio físico, disponibilizando-os somente aos Colaboradores que efetivamente estejam envolvidos no projeto que demanda o seu conhecimento e análise.

É terminantemente proibido que os Colaboradores façam cópias (físicas ou eletrônicas) ou imprimam os arquivos utilizados, gerados ou disponíveis na rede da Parcitas Investimentos e circulem em ambientes externos à Parcitas com estes arquivos, uma vez que tais arquivos contêm informações que são consideradas como informações confidenciais. As exceções devem ser autorizadas pelo superior hierárquico ou pelo Diretor de Riscos e Compliance.

A proibição acima referida não se aplica quando as cópias (físicas ou eletrônicas) ou a impressão dos arquivos forem em prol da execução e do desenvolvimento dos negócios e dos interesses da Parcitas Investimentos. Nestes casos, o Colaborador que estiver na posse e guarda da cópia ou da impressão do arquivo que contenha a informação confidencial será o responsável direto por sua boa conservação, integridade e manutenção de sua confidencialidade.

Em consonância com as normas internas acima, os Colaboradores devem se abster de utilizar pen-drivers, online-drives, fitas, discos ou quaisquer outros meios que não tenham por finalidade a utilização exclusiva para o desempenho de sua atividade na Parcitas Investimentos. É proibida a conexão de equipamentos na rede da Parcitas que não estejam previamente autorizados pelo Diretor de Riscos e Compliance e instalados pela área de Infraestrutura IT.

A utilização dos ativos e sistemas da Parcitas Investimentos, incluindo computadores, telefones, internet, e-mail e demais aparelhos se destina prioritariamente a fins profissionais, devendo, portanto, evitar o uso indiscriminado deles para fins pessoais.

O envio ou repasse por e-mail de material que contenha conteúdo discriminatório, preconceituoso, obsceno, pornográfico ou ofensivo é também terminantemente proibido, bem como o envio ou repasse de e-mails com opiniões, comentários ou mensagens que possam difamar a imagem e afetar a reputação da Parcitas Investimentos.

O recebimento de e-mails muitas vezes não depende do próprio Colaborador, mas espera-se bom senso de todos para, se possível, evitar receber mensagens com as características descritas previamente. Na eventualidade do recebimento de mensagens com as características acima descritas, o Colaborador deve apagá-las imediatamente, de modo que estas permaneçam o menor tempo possível nos servidores e computadores da Parcitas Investimentos, bem como avisar prontamente o Diretor de Riscos e Compliance.

A visualização de sites, blogs, fotologs, webmails, redes sociais, entre outros, que contenham conteúdo discriminatório, preconceituoso sobre origem, etnia, religião, classe social, opinião política, idade, sexo, ou deficiência física, obsceno, pornográfico ou ofensivo é terminantemente proibida.

10.2.2. Acesso escalonado ao sistema e rede

O acesso como “administrador” dos computadores será limitado apenas ao time de Infraestrutura de IT, designado como profissional administrador de rede de tecnologia aprovado pelo Diretor de Riscos e Compliance.

A Parcitas Investimentos, ademais, mantém diferentes níveis de acesso a pastas e arquivos eletrônicos por departamentos, notadamente aqueles que contemplem Informações

confidenciais, de acordo com as devidas segregações de funções e responsabilidades dos Colaboradores.

Já a infraestrutura de rede *Wi-Fi* da Gestora é configurada para garantir a segurança dos dados e a proteção das informações. O acesso à rede é dividido em dois níveis distintos, cada um com autenticação com senha forte e segura:

- Rede Corporativa: Esta rede é destinada exclusivamente ao uso dos Colaboradores. Ela permite o acesso ao ambiente interno da Gestora, incluindo sistemas e informações corporativas. O uso desta rede é restrito e monitorado para garantir a integridade e a confidencialidade dos dados.
- Rede de Visitantes: Destinada aos visitantes ou dispositivos móveis dos Colaboradores. Esta rede permite acesso limitado à internet, sem conexão com os sistemas internos ou qualquer recurso corporativo. O objetivo é proporcionar uma rede segura para os visitantes, ao mesmo tempo que se preserva o ambiente interno da empresa, evitando riscos de segurança.

A implantação destes controles é projetada para limitar a o acesso de informações confidenciais, proteção de dados sensíveis a operação da empresa e vulnerabilidade dos sistemas da Parcitas Investimentos em caso de violação.

10.2.3. Senha e Login

O login e senha é a assinatura eletrônica disponibilizada pela Parcitas Investimentos aos Colaboradores para exercício da sua atividade, portanto ela é pessoal e intransferível, não devendo ser divulgada para quaisquer terceiros. Ela dá acesso aos computadores, informações na rede corporativa, e-mail e sistemas. O perfil de senha adotada pela Parcitas Investimentos possui 08 (oito) caracteres especiais, alfanuméricos, maiúsculos e minúsculos com validade de 180 (cento e oitenta) dias, solicitada automaticamente pelo sistema quando da expiração dela, sendo que não é permitido repetir as últimas 10 senhas.

É permitido apenas 05 (cinco) tentativas máximas de autenticação de senha, sendo todas malsucedidas, será bloqueado o acesso.

Dessa forma, o Colaborador pode ser responsabilizado inclusive caso disponibilize a terceiros a senha e login acima referidos, para quaisquer fins.

Como medida adicional de segurança no acesso aos computadores, rede, aos aplicativos em nuvem do Azure e Microsoft Office 365, todas as contas possuem autenticação dupla "*MFA - Multi Factor Authentication*" da Microsoft ativada e obrigatória por padrão em todos os Colaboradores.

A proteção das credenciais de acesso a serviços na internet ou a aplicativos é um pilar fundamental para garantir a segurança das informações dentro da empresa. Para assegurar a confidencialidade e o gerenciamento seguro das senhas, a organização utiliza uma ferramenta dedicada, que oferece os mais altos níveis de proteção.

Neste sentido, a Parcitas utiliza uma solução para o gerenciamento de senhas, oferecendo criptografia de ponta a ponta utilizando o padrão AES-256 bits, que é amplamente reconhecido como uma das formas mais seguras de criptografia. Além disso, a ferramenta opera com uma arquitetura de "*Zero Knowledge*", o que significa que nem mesmo o provedor do serviço tem acesso às senhas armazenadas, garantindo total privacidade e segurança para os usuários. A ferramenta também passa por auditorias regulares de conformidade, como a certificação SOC 2, que assegura que os controles de segurança e privacidade implementados atendem a rigorosos padrões internacionais.

O uso deste cofre de senhas é obrigatório para todos os Colaboradores, garantindo uma gestão centralizada e segura de todas as credenciais de acesso.

10.2.4. Uso de Equipamentos e Sistemas

O recurso dos equipamentos disponibilizados aos Colaboradores é de propriedade da Parcitas Investimentos, e é disponibilizado para desempenho das atividades profissionais. Cada Colaborador é responsável ainda por manter o controle sobre a segurança das informações armazenadas ou disponibilizadas nos equipamentos que estão sob sua responsabilidade.

A Parcitas Investimentos pode a qualquer momento retirar ou substituir os recursos tecnológicos disponibilizados para os Colaboradores.

Os programas, aplicativos, sistemas básicos (sistema operacional e ferramentas) e componentes físicos são implantados e configurados pelo profissional de infraestrutura responsável. É desabilitado aos usuários implantar novos programas ou alterar configurações sem a permissão da área de Riscos e Compliance. É desabilitado e proibido aos Colaboradores implantar ou alterar componentes físicos no computador.

Todo Colaborador deve ser cuidadoso na utilização do seu próprio equipamento e sistemas e zelar pela boa utilização dos demais. Caso algum Colaborador identifique a má conservação, uso indevido ou inadequado de qualquer ativo ou sistemas deve comunicar seu superior hierárquico ou o Diretor de Riscos e Compliance.

10.2.5. Acesso Remoto

A Parcitas Investimentos permite o acesso remoto pelos Colaboradores, com aprovação do Diretor de Riscos e Compliance.

Ademais, os Colaboradores autorizados serão instruídos a (i) manter softwares de proteção contra malware/antivírus nos dispositivos remotos, (ii) relatar ao Diretor de Riscos e Compliance qualquer violação ou ameaça de segurança cibernética ou outro incidente que possa afetar informações da Parcitas Investimentos e que ocorram durante o trabalho remoto, e (iii) não armazenar nenhuma informação da Parcitas em dispositivos pessoais.

10.2.6. Controle de Acesso

A Parcitas Investimentos possui controle de acesso biométrico facial em suas dependências para todos os Colaboradores, sem distinção.

A Parcitas Investimentos mantém sistema de controle de acesso biométrico para o servidor de dados (CPD) apenas pelos profissionais autorizados, sendo eles: Diretor de Riscos e Compliance, Diretor de Investimentos, Colaborador do departamento administrativo e a empresa responsável pela administração do ambiente de tecnologia. Ademais, a sala onde ficam todos os demais profissionais da Parcitas também possuem controle de acesso biométrico.

O acesso é controlado com informação de entrada e saída de todas as pessoas, podendo este ser auditado pelo Diretor de Riscos e Compliance a qualquer momento.

10.2.7. Proteção dos Dados e Data Loss Prevention

A Parcitas Investimentos tem sua infraestrutura tecnológica configurada para proteger informações contra acessos ou vazamentos não autorizados:

- a) Bloqueio do computador por de ausência após 05 (cinco) minutos de inatividade, exigindo senha para ser usado novamente;
- b) Bloqueio do acesso as portas USB dos computadores;
- c) Bloqueio de HD externo;
- d) Bloqueio de e-mails pessoal a Colaboradores não autorizados;
- e) Bloqueio do acesso à sites de armazenamento de dados em nuvem;
- f) Bloqueio de sistemas de gerenciamento de computador a distância;
- g) Controle de acesso biométrico facial e câmeras de gravação;
- h) Manutenção de todos os e-mails trafegados pelo ambiente corporativo, mesmo eles apagados pelo Colaborador.
- i) Bloqueio do acesso a visualização de arquivos marcados como interno por não Colaboradores.

10.2.8. Firewall, Software e Varreduras

A Parcitas Investimentos utiliza um hardware de firewall, com redundância, projetado para evitar e detectar conexões não autorizadas, inclusive de regiões e países desconhecidos e incursões maliciosas. O Diretor de Riscos e Compliance será responsável por determinar o uso apropriado de firewalls (por exemplo, perímetro da rede).

A Parcitas Investimentos possui em todos os computadores e servidores proteção atualizada e software antivírus projetado para detectar, evitar e, quando possível, limpar programas conhecidos que afetem de forma maliciosa os sistemas da empresa (por exemplo, vírus, worms, spyware e phishing).

São conduzidas varreduras em tempo real para detectar e eliminar qualquer ameaça em termos de cibersegurança.

10.2.9. Backup dos dados

Para a Parcitas o *Backup* é um dos principais procedimentos de Segurança da Informação, para se prevenir contra a perda de dados e garantir a recuperação de informações de relevante importância aos negócios da Gestora, e sua política está definida de acordo com os critérios a seguir:

Email, arquivos corporativos e comunicação: Os serviços de e-mail (Microsoft Exchange), arquivos corporativos (Microsoft OneDrive e Sharepoint) e comunicação (Microsoft Teams) possuem backup diário utilizando o serviço *Cove Data Protection*, na modalidade *Cloud2Cloud* nos servidores de backup da *Amazon Cloud*, conforme descrição abaixo:

Recurso	Periodicidade	Pontos de Backup	Retenção:
<i>Exchange</i>	Diário	06 pontos por dia	07 anos da data do backup
<i>OneDrive</i>	Diário	04 pontos por dia	07 anos da data do backup
<i>Sharepoint</i>	Diário	04 pontos por dia	07 anos da data do backup
<i>Teams</i>	Diário	06 pontos por dia	07 anos da data do backup

Backup dos Servidores: Todos os serviços de infraestrutura de tecnologia da Parcitas são executados por servidores virtuais na nuvem da Microsoft Azure, sejam as informações de domínio, cadastro dos usuários, permissões de acessos, gestão das impressoras, políticas de grupos, banco de dados e aplicações internas. As rotinas de backup dos servidores possuem a regra abaixo:

Recurso:	Periodicidade	Retenção do Ponto de Backup Diário:
Backup dos Servidores	Diário as 23:00hs	Backup realizado todos os dias por 7 Dias
		Retenção Restauração Instantânea:
		Backup instantâneo por 2 dias

10.2.10.Criptografia

Como forma adicional de proteção para os arquivos corporativos, a Parcitas tem habilitado recurso de criptografia de arquivos Microsoft *Purview Information Protection*, para todo o ambiente computacional da Gestora, para tanto são utilizados rótulos aplicados diretamente aos arquivos e ou mensagens de e-mail corporativos.

Estes rótulos são nomeados como: Interno, Confidencial e Público, configurados conforme o quadro abaixo:

Rótulo:	Interno (domínio: parcitas)	Externo (Clientes e Parceiros)
Interno	Pode ler e editar	Não consegue abrir
Confidencial	Pode ler	Pode ler com restrições sem editar
Público	Pode ler e editar	Pode ler e editar

Ademais, a proteção das informações armazenadas em dispositivos corporativos é uma prioridade essencial para garantir a integridade e confidencialidade dos dados. Nesse contexto, a criptografia é aplicada de forma padronizada a todos os hard drives dos computadores utilizados na Gestora por meio do *BitLocker*. Tal recurso assegura que, mesmo em caso de perda, roubo ou tentativa de acesso indevido ao dispositivo, os dados armazenados no disco permaneçam inacessíveis sem as credenciais corretas de desbloqueio.

10.2.11.Monitoramento e Testes

Em linha com o disposto acima, a Parcitas Investimentos:

- a) Centraliza o gerenciamento de dispositivos móveis, laptops e desktops que contenham qualquer acesso a informações da Parcitas através do Microsoft Portal da Empresa;
- b) Mantém gestão centralizada de políticas, distribuição e configuração de aplicativos com proteção de dados;
- c) Mantém diferentes níveis de acesso a pastas e arquivos eletrônicos de acordo com as funções e cargos dos Colaboradores e pode monitorar o acesso dos Colaboradores a tais pastas e arquivos com base na senha e login disponibilizados;
- d) Pode monitorar o acesso dos Colaboradores a sites, blogs, fotologs, webmails, entre outros, bem como os e-mails enviados e recebidos;
- e) Pode monitorar as ligações telefônicas dos seus Colaboradores realizadas ou recebidas por meio das linhas telefônicas disponibilizadas pela Parcitas Investimentos para a atividade profissional de cada Colaborador, especialmente, mas não se limitando, às ligações da equipe de atendimento e da mesa de operação da Parcitas Investimentos;
- f) Pode monitorar seu ambiente por meio de câmeras; e
- g) Mantém sistemas de monitoramento que envia mensagens de alerta ao Compliance, na

chave Security Office todas as vezes em que uma determinada quantidade de arquivos contendo informações, texto com linguagens ofensivas ou de baixo calão de consideradas sensíveis ao negócio, são compartilhadas e ou enviadas por mensagens de e-mail.

- h) Ainda, o Diretor de Riscos e Compliance, no exercício regular de suas funções, poderá adotar medidas adicionais para monitorar os sistemas de computação e os procedimentos aqui previstos para avaliar o seu cumprimento e sua eficácia.

10.3. Plano de Identificação e Resposta

10.3.1. Identificação de Suspeitas

Qualquer suspeita de violação, acesso não autorizado, outro comprometimento da rede ou dos dispositivos da Parcitas Investimentos (incluindo qualquer violação efetiva ou potencial), ou ainda no caso de vazamento de quaisquer informações confidenciais, mesmo que de forma involuntária, deverá ser informada ao Diretor de Riscos e Compliance prontamente. O Diretor de Riscos e Compliance determinará quais membros da administração da Parcitas Investimentos e, se aplicável, de agências reguladoras e de segurança pública, deverão ser notificados.

Ademais, o Diretor de Riscos e Compliance determinará quais clientes ou investidores, se houver, deverão ser contatados com relação à violação.

10.3.2. Procedimentos de Resposta

O Diretor de Riscos e Compliance responderá a qualquer informação de suspeita de violação, acesso não autorizado ou outro comprometimento da rede ou dos dispositivos da Parcitas Investimentos de acordo com os critérios abaixo:

- a) Avaliação do tipo de incidente ocorrido (por exemplo, infecção de malware, intrusão da rede, furto de identidade), as informações acessadas e a medida da respectiva perda;
- b) Identificação de quais sistemas, se houver, devem ser desconectados ou de outra forma desabilitados;
- c) Determinação dos papéis e responsabilidades do pessoal apropriado;
- d) Avaliação da necessidade de recuperação e/ou restauração de eventuais serviços que tenham sido prejudicados;
- e) Avaliação da necessidade de notificação de todas as partes internas e externas apropriadas (por exemplo, administrador fiduciário, clientes ou investidores afetados, segurança pública);
- f) Avaliação da necessidade de publicação do fato ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, a fim de garantir a ampla disseminação e tratamento equânime

da informação, se privilegiada);

- g) Determinação do responsável que arcará com as perdas decorrentes do incidente, a cargo do Comitê de Riscos e Compliance, após a condução de investigação e uma avaliação completa das circunstâncias do incidente.

10.4. Arquivamento de Informações

De acordo com o disposto neste manual, os Colaboradores deverão manter arquivada toda e qualquer informação, bem como documentos e extratos que venham a ser necessários para a efetivação satisfatória de possível auditoria interna e/ou externa ou investigação de órgãos regulatórios em torno de possíveis atuações da Parcitas Investimentos, investimentos e/ou clientes suspeitos de corrupção e/ou lavagem de dinheiro em conformidade com a Instrução CVM 21.

11. Proteção de Dados

A Parcitas Investimentos, em atenção A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, promoveu a identificação de todos os fluxos de informação nos quais está envolvida, a fim de assegurar o devido cumprimento da LGPD.

Para os fins da LGPD, serão considerados “dados pessoais” todos aqueles relacionados a uma pessoa identificada ou identificável, incluindo aqueles considerados sensíveis, relacionados à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

A Parcitas Investimentos, preocupada com o fluxo de informações que transitam em decorrência do exercício de suas atividades, e que possam ser considerados dados pessoais, incluiu os dados pessoais no âmbito das informações confidenciais, utilizando todo o seu aparato tecnológico para protegê-los.

Considerando as atividades que desenvolve, a Parcitas Investimentos identificou os principais processos nos quais receberá, ainda que em caráter potencial, dados pessoais, a saber:

- a) Durante o processo seletivo e na contratação de Colaboradores e de prestadores de serviço;
- b) Em caráter excepcional, na execução das atividades de gestão de carteiras de fundos de investimento, exclusivamente quando tais informações sejam repassadas acidentalmente ou voluntariamente pelo administrador ou pelo distribuidor do fundo, para a delegação de determinadas atividades que são de suas respectivas competências;

- c) Em caráter incidental, quando do recebimento de informações necessárias para due diligence de operações sob análise da Parcitas Investimentos;
- d) Ao receber dados pessoais transmitidos por terceiros que não o titular, a Parcitas Investimentos buscará obter do transmissor dos dados a comprovação ou declaração de que possui autorização para tanto;
- e) Em qualquer uma destas situações, a Parcitas Investimentos manterá a confidencialidade dos dados pessoais, e diligenciará para que seu uso se restrinja às hipóteses permitidas pela LGPD.

11.1.1. Responsável pela Proteção de Dados Pessoais

Cabe ao Diretor de Riscos e Compliance implementar as regras de governança para a proteção de dados pessoais. Ele também deverá aprovar as políticas e normas internas que consolidem e promovam boas práticas de governança de dados tomando como fundamentos os listados na LGPD, quais sejam: o respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

11.1.2. Do Tratamento de Dados Pessoais

A responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais foi atribuída ao Diretor de Riscos e Compliance, que atua como DPO ("*Data Protection Officer*"). Os fluxos de informações foram definidos priorizando a diligência no tratamento dos dados pessoais dentro dos estritos limites permitidos pela LGPD. Caso qualquer pessoa (investidor/cotista ou Colaborador) tenha qualquer dúvida com relação ao tratamento a ser dispensado aos dados pessoais, ou mesmo com relação à caracterização de determinadas informações como dados pessoais, deverá levar o fato ao conhecimento do Diretor de Riscos e Compliance, e DPO pelo e-mail privacidade@parcitas.com.br para conhecer e exercer os direitos sobre os dados pessoais.

A Parcitas Investimentos somente utilizará, ou permitirá que sejam utilizados, dados pessoais nas hipóteses previstas no Art. 7º da LGPD, incluindo, mas não se limitando:

- a) mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- b) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- c) pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV da LGPD;

- d) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados pessoais;
- e) para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);
- f) para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- g) quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

11.1.3. Dos Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais

O DPO da Parcitas Investimentos garantirá aos titulares dos dados pessoais que tenha recebido os seguintes direitos:

- a) obter da Parcitas Investimentos, a qualquer momento e mediante requisição, a confirmação da existência de tratamento de dados pessoais de sua titularidade;
- b) acessar os dados pessoais que estão sob poder da Parcitas Investimentos, ou que foram por ela tratadas, cumprindo à Parcitas disponibilizá-las na forma do art. 9º da LGPD;
- c) solicitar, a qualquer momento, a retificação dos dados pessoais que se encontrarem desatualizados, inexatos ou incompletos;
- d) solicitar, na forma da LGPD, a anonimização dos dados coletados e tratados pela Parcitas Investimentos;
- e) solicitar o bloqueio ou a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- f) requerer a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, mediante requisição expressa e observados os segredos comerciais e industriais da Parcitas Investimentos;
- g) solicitar a eliminação de dados tratados com o seu consentimento, mediante pedido de revogação do consentimento, conforme disposto no § 5º do art. 8º da LGPD, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 16 da mesma lei;
- h) obter informação das entidades públicas e privadas com as quais a Parcitas Investimentos realizou uso compartilhado de dados pessoais; e
- i) obter informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento ao tratamento dos dados eventualmente solicitados pela Parcitas Investimentos e sobre as consequências da negativa.

Nas hipóteses descritas às alíneas “c”, “d”, “e” e “g”, o Diretor de Riscos e Compliance, caso aplicável, deverá informar imediatamente aos demais agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados pessoais a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento.

11.1.4. Ações de Manutenção e Eliminação de Dados Pessoais

Conforme demonstrado acima, a Parcitas Investimentos garante aos titulares dos dados pessoais o exercício dos seus direitos de proteção de dados e de privacidade, solicitando a retificação, exclusão, portabilidade, limitação ou oposição ao tratamento de seus dados pessoais, nos termos e com as limitações previstas nas normas aplicáveis.

A Parcitas Investimentos poderá manter os dados pessoais, mesmo em casos específicos de solicitação de exclusão do titular dos dados, caso se revele necessário ao cumprimento de alguma obrigação legal ou regulatória a que a Parcitas Investimentos esteja sujeita, ou para efeitos de exercício de algum direito da Parcitas Investimentos em um processo judicial ou extrajudicial, ou ainda nas hipóteses mencionadas pelo Art. 16 da LGPD.

Todas as eventuais operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Parcitas possuirão um fundamento de legitimidade disposto pelo Art. 7º da LGPD, entre eles, o fato de o titular dos dados pessoais ter dado o seu consentimento para uma ou mais finalidades específicas, ou pelo fato de o tratamento ser considerado necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou, ainda, para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

O titular dos dados pessoais poderá solicitar através do e-mail privacidade@parcitas.com.br a exibição ou retificação de seus dados pessoais ao Colaborador com quem tenha contato de forma usual, cabendo a este Colaborador informar imediatamente tal solicitação ao Diretor de Riscos e Compliance para que tome as providências necessárias.

Pela mesma ferramenta de atendimento acima, o titular dos dados pessoais poderá: (i) requerer a limitação do uso de seus dados pessoais; (ii) manifestar sua oposição ao uso de seus dados pessoais, ou (iii) solicitar a exclusão de seus dados pessoais coletados e objeto de tratamento pela Parcitas Investimentos.

12. Política de Treinamento

12.1. Treinamento e Processo de Reciclagem

A Parcitas Investimentos adota uma política de treinamento voltada à orientação e capacitação de todos os seus Colaboradores, especialmente aqueles que tenham acesso a informações confidenciais ou estejam envolvidos em processos decisórios de investimento.

O treinamento inicial será conduzido assim que o Colaborador for admitido e visa garantir que ele compreenda plenamente as normas internas da Parcitas, os fundamentos legais que regem a atuação da empresa, os princípios éticos e de conduta esperados e os procedimentos operacionais relevantes.

Além do treinamento inicial, todos os Colaboradores participarão de programas periódicos de reciclagem, com frequência mínima anual ou sempre que houver atualização nas normas internas ou regulamentações externas. A participação é obrigatória.

12.2. Implementação e Conteúdo

A implementação, controle e atualização do programa de treinamento e reciclagem serão de responsabilidade do Diretor de Riscos e Compliance, cabendo a ele assegurar a obrigatoriedade da participação dos Colaboradores e o registro formal do cumprimento de todas as etapas do processo.

O conteúdo abordado nos treinamentos incluirá:

- Leis e regulamentos do mercado financeiro e de capitais aplicáveis à atividade da Parcitas;
- Princípios éticos e normas de conduta da Parcitas Investimentos;
- Regras de compliance e governança corporativa;
- Políticas internas aplicáveis;
- Penalidades e sanções decorrentes do descumprimento das normas.

Os treinamentos serão aplicados por meio (i) da leitura, entendimento e assinatura dos respectivos termos de recebimento dos manuais internos e das normas legais e regulatórias aplicáveis às atividades da Parcitas Investimentos, e (ii) por meio de plataformas eletrônicas de ensino a distância podendo incluir outros formatos complementares considerados adequados, tais como: workshops presenciais, seminários internos, videoaulas, quizzes de fixação e sessões de esclarecimento.

O Diretor de Riscos e Compliance poderá, ainda, contratar empresas ou profissionais especializados para ministrar os treinamentos e garantir a atualização técnica e regulatória do conteúdo.

13. Política de Certificação Anbima

13.1. Introdução

A Parcitas Investimentos aderiu e está sujeita às disposições do Manual ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada (“Manual de Certificação”), devendo garantir que todos os profissionais elegíveis estejam devidamente certificados.

13.2. Atividades Elegíveis e Critérios de Identificação

Considerando que a Parcitas Investimentos atua exclusivamente como gestora de recursos de terceiros, e em conformidade com as diretrizes do Manual de Certificação da Anbima, o Diretor de Riscos e Compliance adotou a Certificação de Gestores ANBIMA (“CGA”), adequada às suas atividades e aplicável aos profissionais que possuem alçada e poder discricionário para ordenar a compra ou venda de ativos para os fundos de investimentos ou classes sem a necessidade de aprovação prévia do Diretor de Investimentos ou do Comitê de Investimentos.

13.3. Profissionais Certificados e Atualização do Banco de Dados da Anbima

Antes da contratação ou admissão de qualquer Colaborador, o Diretor de Riscos e Compliance deverá solicitar esclarecimentos ou confirmar junto ao supervisor direto do potencial Colaborador o cargo e as funções a serem desempenhadas, avaliando a necessidade de certificação.

Conforme acima exposto, a CGA é, atualmente, a certificação ANBIMA aplicável às atividades da Parcitas Investimentos, de forma que o Diretor de Investimentos deverá esclarecer ao Diretor de Riscos e Compliance se Colaboradores que integrarão o departamento técnico terão ou não alçada/poder discricionário de decisão de investimento.

Caso seja identificada a necessidade de certificação, O Diretor de Riscos e Compliance deverá solicitar comprovação da certificação ou, quando aplicável, a isenção antes do início das atividades.

O Diretor de Riscos e Compliance também deverá checar se os Colaboradores que estejam se desligando da Parcitas Investimentos estão indicados no banco de dados da ANBIMA como profissionais elegíveis/certificados vinculados à Gestora.

Todas as atualizações no banco de dados da ANBIMA devem ocorrer até o último dia útil do mês subsequente à data do evento que deu causa a atualização, observado o disposto abaixo.

13.4. Rotinas de Verificação

O Diretor de Risco e Compliance deverá, periodicamente: (i) verificar as informações contidas no banco de dados da ANBIMA, a fim de garantir que todos os profissionais certificados/em processo de certificação, conforme aplicável, estejam devidamente identificados; e (ii) contatar o Diretor de Investimentos que deverá informar o Diretor de Riscos e Compliance se houve algum tipo de alteração nos cargos e funções dos Colaboradores que integram o departamento técnico envolvido na gestão de recursos, confirmando, ainda, todos aqueles Colaboradores que atuem com alçada/poder discricionário de investimento, se for o caso.

Colaboradores que não tenham CGA (e que não tenham a isenção concedida pelo Conselho de Certificação da ANBIMA) estão impedidos de ordenar a compra e venda de ativos para os

fundos de investimento sob gestão da Parcitas Investimentos sem aprovação prévia do Comitê de Investimentos ou do Diretor de Investimentos.

Ademais, no curso das atividades de compliance e fiscalização desempenhadas pelo Diretor de Riscos e Compliance, caso seja verificada qualquer irregularidade com as funções exercidas pelo Colaborador, incluindo, sem limitação, a tomada de decisões de investimento sem autorização prévia do Diretor de Investimentos ou do Comitê de Investimentos ou, de maneira geral, que o Colaborador está atuando em atividade elegível sem a certificação pertinente, o Diretor de Riscos e Compliance poderá declarar de imediato o afastamento do Colaborador, sendo que o Comitê de Riscos e Compliance deverá se reunir extraordinariamente para apuração das potenciais irregularidades e eventual responsabilização dos envolvidos, inclusive dos superiores do Colaborador, conforme aplicável, bem como para traçar um plano de adequação.

Sem prejuízo do disposto acima, anualmente deverão ser discutidos os procedimentos e rotinas de verificação para cumprimento do Manual de Certificação, sendo que as análises e eventuais recomendações, se for o caso, deverão ser objeto do Relatório Anual de Compliance.

Por fim, serão objeto do treinamento anual de compliance assuntos de certificação, incluindo, sem limitação: (i) treinamento direcionado a todos os Colaboradores, descrevendo as certificações aplicáveis à atividade da Parcitas Investimentos, suas principais características e os profissionais elegíveis; (ii) treinamento direcionado aos membros do departamento técnico envolvidos na atividade de gestão de recursos, reforçando que somente os Colaboradores com CGA podem ter alçada/poder discricionário de decisão de investimento em relação aos ativos integrantes das carteiras sob gestão da Parcitas Investimentos, devendo os demais buscar aprovação junto ao Diretor de Investimentos e/ou ao Comitê de Investimentos; e (iii) treinamento direcionado aos Colaboradores da área de Compliance, para que os mesmos tenham o conhecimento necessário para operar no banco de dados da ANBIMA e realizar as rotinas de verificação necessárias.

14. Propriedade Intelectual

Todos os documentos produzidos, modificados, adaptados ou obtidos pelos colaboradores, relacionados às atividades profissionais realizadas junto à Parcitas Investimentos, pertencem exclusivamente à empresa. Isso inclui minutas de contratos, memorandos, cartas, fac-símiles, apresentações a clientes, e-mails, arquivos eletrônicos, planilhas, fórmulas, planos de ação e modelos de avaliação e gestão, em qualquer formato. Desta forma, o Colaborador compromete-se a não usar tais documentos, no presente ou no futuro, para quaisquer fins que não o desempenho de suas atividades na Parcitas Investimentos, devendo todos os documentos permanecer em poder e sob a custódia da empresa. O Colaborador está proibido de se apropriar de quaisquer documentos após seu desligamento da empresa, salvo se autorizado expressamente pelo Diretor de Riscos e Compliance e ressalvado o disposto abaixo.

Caso um Colaborador, ao ser admitido, disponibilize à Parcitas Investimentos documentos, planilhas, arquivos, fórmulas, modelos de avaliação, análise e gestão ou ferramentas similares para fins de desempenho de sua atividade profissional junto à Parcitas Investimentos, o Colaborador deverá assinar o documento de declaração disponível no Capítulo 21 - Anexos deste manual, confirmando que: (i) a utilização ou disponibilização de tais documentos e arquivos não infringe quaisquer contratos, acordos ou compromissos de confidencialidade, bem como não viola quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros; e (ii) quaisquer alterações, adaptações, atualizações ou modificações, de qualquer forma ou espécie, em tais documentos e arquivos, serão de propriedade exclusiva da Parcitas Investimentos, sendo que o Colaborador não poderá apropriar-se ou fazer uso de tais documentos e arquivos alterados, adaptados, atualizados ou modificados após seu desligamento da Parcitas Investimentos, exceto se aprovado expressamente pelo Diretor de Riscos e Compliance da Parcitas.

15. Política de Anticorrupção

A Parcitas Investimentos está sujeita às leis e normas de anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/13 e Decreto nº 8.420/15 (“Normas de Anticorrupção”).

Qualquer violação desta Política de Anticorrupção e das Normas de Anticorrupção pode resultar em penalidades civis e administrativas severas para a Parcitas Investimentos e/ou seus Colaboradores, bem como impactos de ordem reputacional, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal dos indivíduos envolvidos.

15.1. Abrangência das Normas Anticorrupção

Normas de anticorrupção estabelecem que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados por seus sócios e Colaboradores contra a administração pública, nacional ou estrangeira, sem prejuízo da responsabilidade individual do autor, coautor ou partícipe do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

Considera-se agente público e, portanto, sujeito às normas de anticorrupção, sem limitação:

- a) Qualquer indivíduo que, mesmo que temporariamente e sem compensação, esteja a serviço, empregado ou mantendo uma função pública em entidade governamental, entidade controlada pelo governo, ou entidade de propriedade do governo;
- b) Qualquer indivíduo que seja candidato ou esteja ocupando um cargo público;
- c) Qualquer partido político ou representante de partido político;

Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem

como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro e as organizações públicas internacionais.

As mesmas exigências e restrições também se aplicam aos familiares de funcionários públicos até o segundo grau (cônjuges, filhos e enteados, pais, avós, irmãos, tios e sobrinhos).

Representantes de fundos de pensão públicos, cartórios e assessores de funcionários públicos também devem ser considerados “agentes públicos” para os propósitos desta Política de Anticorrupção e das Normas de Anticorrupção.

15.2. Definição

Nos termos das Normas de Anticorrupção, constituem atos lesivos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, todos aqueles que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nas Normas de Anticorrupção;
- c) Comprovadamente utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

No tocante a licitações e contratos:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a

administração pública; ou

- h) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

15.3. Norma e Conduta

É terminantemente proibido dar ou oferecer qualquer valor, presente ou benefício a Agente Público sem autorização prévia do Comitê de Riscos e Compliance.

Os Colaboradores deverão se atentar, ainda, que: (i) qualquer valor oferecido a agentes públicos, por menor que seja, poderá caracterizar violação às Normas de Anticorrupção e ensejar a aplicação das penalidades previstas; e (ii) a violação às Normas de Anticorrupção estará configurada mesmo que a oferta de suborno seja recusada pelo agente público.

Os Colaboradores deverão questionar a legitimidade de quaisquer pagamentos solicitados pelas autoridades ou funcionários públicos que não encontram previsão legal ou regulamentar, sendo certo que comunicarão imediatamente o Diretor de Riscos e Compliance.

Nenhum sócio ou Colaborador poderá ser penalizado devido a atraso ou perda de negócios resultantes de sua recusa em pagar ou oferecer suborno a agentes públicos.

15.4. Proibição de Doações Eleitorais

A Parcitas, em nenhuma circunstância, efetua doações a candidatos e/ou partidos políticos por meio de pessoa jurídica. No que se refere a doações realizadas individualmente por seus colaboradores, estes devem cumprir rigorosamente a legislação em vigor.

16. Política de Contratação de Terceiros

16.1. Propósito

A presente Política de Contratação de Terceiros estabelece os princípios e procedimentos a serem adotados pela Parcitas na seleção, contratação e monitoramento de prestadores de serviços terceirizados que atuem em nome dos fundos de investimento sob sua gestão e de suas respectivas classes e/ou subclasses ("Fundos", "Classes", "Subclasses"). O objetivo é garantir que todas as contratações estejam alinhadas às diretrizes regulatórias aplicáveis e aos melhores padrões de governança, com foco na mitigação de riscos operacionais, regulatórios e reputacionais.

No exercício de suas atividades como gestora de recursos, e em conformidade com a regulamentação aplicável, a Parcitas apresenta a seguir os serviços e respectivos prestadores

contratados em nome dos Fundos sob sua gestão — incluindo suas classes e subclasses — os quais estão abrangidos por esta Política. Para fins deste documento, tais prestadores serão doravante referidos como “Terceiros”.

Estão compreendidos no escopo desta Política os seguintes tipos de serviços:

- Intermediação de operações financeiras e cambiais (“Corretoras”);
- Distribuição de cotas de fundos de investimento (“Distribuidores”);
- Cogestão de carteiras de ativos (“Cogestores de Recursos”).

A Parcitas conduz seus processos de contratação e acompanhamento de terceiros sempre com foco na maximização do interesse dos Fundos sob sua gestão, bem como na redução de eventuais conflitos de interesse. Tal cuidado é especialmente rigoroso nos casos em que exista qualquer vínculo, direto ou indireto, entre o prestador de serviço e outros fornecedores ou cotistas dos Fundos.

Nessas situações, quando houver contratação de prestadores que integrem o mesmo Conglomerado ou Grupo Econômico da Parcitas, ou dos investidores dos Fundos, será assegurado que todas as condições comerciais sejam estritamente comutativas, conforme os parâmetros definidos nesta Política.

Para os fins desta Política, consideram-se como pertencentes a um 'Conglomerado' ou 'Grupo Econômico' todas as entidades que sejam controladoras diretas ou indiretas, controladas, coligadas ou sob controle comum.

16.2. Princípios gerais de contratação de terceiros

As contratações realizadas pela Parcitas, em nome dos Fundos sob sua gestão, devem ser conduzidas com base em princípios fundamentais que assegurem a integridade do processo decisório, a proteção dos interesses dos cotistas e a conformidade regulatória.

Esses princípios norteadores incluem:

- Isenção e independência: Todas as decisões de contratação devem ser pautadas por critérios técnicos e objetivos, evitando qualquer influência indevida ou favorecimento, especialmente em situações que possam envolver vínculos diretos ou indiretos entre a Parcitas, os Fundos, os Terceiros contratados e demais partes relacionadas. O objetivo é mitigar a ocorrência de conflitos de interesse, assegurando que as escolhas reflitam exclusivamente o melhor interesse dos Fundos.
- Transparência: Os processos de seleção, contratação e monitoramento de Terceiros devem ser devidamente documentados, com registros claros e auditáveis, permitindo a rastreabilidade das decisões e facilitando a supervisão por órgãos internos e reguladores, quando aplicável.

- Eficiência operacional: A Parcitas buscará, sempre que possível, otimizar a alocação de recursos, selecionando prestadores que apresentem comprovada capacidade técnica e operacional, com foco no cumprimento eficiente e eficaz das obrigações contratadas, de forma alinhada às estratégias e objetivos dos Fundos.
- Segurança jurídica: Todas as contratações deverão estar formalizadas por meio de instrumentos jurídicos adequados, em conformidade com a legislação e a regulação vigente, garantindo a clareza dos direitos e deveres das partes, e preservando os interesses dos Fundos em eventuais disputas ou questionamentos legais.

16.3. Etapas do Processo de Contratação

16.3.1. Seleção de Terceiros

O processo de seleção inicia-se com a identificação da necessidade do serviço. A diretoria de Gestão avalia os prestadores potenciais quanto à experiência, reputação no mercado, estrutura técnica e aderência regulatória. A área de Riscos e Compliance é responsável pela execução do processo de diligência prévia.

O processo de seleção e contratação de Terceiros na Parcitas é conduzido de forma coordenada entre o Diretor de Gestão — responsável pela identificação e indicação de prestadores potenciais — e o Diretor de Riscos e Compliance — encarregado da realização do processo de due diligence prévia à contratação. Ambos os papéis estão definidos no Formulário de Referência da Parcitas, conforme exigido pela regulamentação vigente.

A atuação de qualquer Terceiro somente poderá ser iniciada após a devida formalização contratual, sendo vedado qualquer pagamento anterior à assinatura do contrato correspondente.

As negociações e definições contratuais serão conduzidas pela Equipe de Gestão da Parcitas, com o suporte da área de Riscos e Compliance, bem como do departamento jurídico interno e/ou assessoria de due diligence e jurídica externa, sempre que necessário, assegurando a conformidade legal e regulatória do processo.

16.3.2. Processo de *Know Your Partner* - KYP

O processo de *Know Your Partner* (“KYP”) será conduzido pela Parcitas previamente à formalização de qualquer contratação, aplicando-se tanto aos Terceiros quanto ao Administrador dos Fundos sob sua gestão.

O objetivo do KYP é reunir informações qualitativas relevantes sobre as entidades interessadas em estabelecer vínculo contratual com a Parcitas ou com os Fundos, conforme previsto nesta Política, permitindo uma avaliação mais criteriosa durante a etapa de pré-seleção.

Sempre que aplicável, esse processo será realizado com base no Questionário Anbima de Due Diligence, respeitando o formato e o conteúdo aprovados pela entidade autorreguladora.

Nos casos em que o referido questionário não se aplique, ou quando se fizer necessária uma complementação, a Parcitas avaliará, no mínimo, os seguintes aspectos:

1. Identificação e qualificação dos controladores diretos e indiretos da entidade contratada;
2. Eventual participação da empresa, de seus sócios e diretores, em outras sociedades atuantes no mercado financeiro e de capitais;
3. Existência de processos administrativos ou judiciais envolvendo o Terceiro, seus sócios ou seus administradores;
4. Capacidade técnica e estrutura operacional e tecnológica compatíveis com os serviços a serem prestados.

A Equipe de Riscos e Compliance da Parcitas possui apoio de uma empresa terceira devidamente contratada que será responsável pela elaboração da documentação de diligência e será responsável por requisitar, sempre que necessário, a documentação comprobatória das informações prestadas. Caso não seja possível obter tal comprovação documental, serão adotados esforços adicionais para verificação por meios alternativos disponíveis.

Como parte integrante do KYP, a Parcitas classificará os Terceiros e o Administrador dos Fundos com base em uma abordagem orientada por risco, ajustando a profundidade da diligência conforme o perfil e criticidade do prestador.

Ficam dispensadas da realização formal do processo de KYP as contratações de Terceiros pertencentes ao mesmo grupo econômico da Parcitas, desde que sejam observados os princípios e boas práticas previstos no Código de Administração e Governança de Riscos e Terceiros (AGRT), no que couber.

16.3.3. Formalização Contratual

Observadas as disposições específicas estabelecidas nesta Política, todo contrato formal celebrado pela Parcitas — seja em nome dos Fundos sob sua gestão ou em conexão com suas atividades — deverá conter, no mínimo, cláusulas que disponham sobre:

1. As obrigações, responsabilidades e deveres assumidos por cada uma das partes;
2. A descrição clara e detalhada dos serviços a serem prestados e das atribuições de cada parte contratante;
3. O compromisso de que as atividades serão conduzidas em conformidade com a legislação vigente, normas regulatórias e de autorregulação aplicáveis à natureza do serviço e, quando pertinente, ao tipo específico de Fundo;

4. A obrigação de que os Terceiros mantenham à disposição dos Prestadores de Serviços Essenciais todos os documentos e informações exigidos pela regulação vigente, necessários à elaboração dos documentos e relatórios periódicos obrigatórios, excetuando-se os dados protegidos por cláusulas de confidencialidade, conforme a regulamentação aplicável.

Nos casos em que a contratação envolva o acesso a informações confidenciais da Parcitas ou dos Fundos, o contrato deverá conter cláusula de confidencialidade específica, podendo incluir a previsão de penalidades, como multa, em caso de violação do sigilo.

Adicionalmente, o contrato ou documento correlato poderá estabelecer a exigência de assinatura de termo de confidencialidade por parte dos colaboradores do prestador de serviços que, no exercício de suas funções, venham a ter acesso a tais informações, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados obtidos.

16.4. Relação entre Prestadores de Serviços Essenciais

No contexto da atuação da Parcitas como gestora de recursos, mesmo não havendo relação hierárquica ou contratual direta entre a Parcitas e o Administrador Fiduciário, ambos são considerados Prestadores de Serviços Essenciais e, portanto, sujeitos a um processo de validação prévia. Antes da constituição de qualquer novo Fundo, a Parcitas deve verificar se o Administrador:

- Possui habilitação legal para o exercício da atividade, sendo instituição participante da ANBIMA; e
- Detém estrutura técnica, operacional e procedimental adequada ao desempenho de suas funções, especialmente no que se refere à interação com outros prestadores, como os distribuidores.

Além disso, o instrumento que regerá a relação entre os Prestadores de Serviços Essenciais deverá contemplar, no mínimo:

1. Os fluxos de envio e disponibilização de informações aos órgãos reguladores e autorreguladores, bem como os procedimentos para estruturação de Fundos, Classes e Subclasses;
2. Os deveres relativos ao monitoramento dos limites de concentração por ativo e contraparte;
3. Os controles associados à gestão de liquidez das Classes de cotas;
4. A inexistência de responsabilidade solidária entre Prestadores de Serviços Essenciais e demais prestadores complementares, com definição clara dos parâmetros de responsabilidade de cada parte;

5. O fluxo de comunicação e divulgação de fatos relevantes;
6. A troca de informações entre prestadores contratados pelo Administrador ou pela Parcitas, sempre em nome dos Fundos.

A Parcitas deverá manter o processo de *Know Your Partner* (KYP) do Administrador atualizado periodicamente, em consonância com a classificação de risco atribuída com base na abordagem de gestão por risco, conforme previsto nesta Política.

16.4.1. Seleção e Contratação de Distribuidores

Na eventual contratação de distribuidores de cotas dos Fundos, a Parcitas deve observar:

- Que o distribuidor esteja formalmente habilitado para a atividade e possua infraestrutura e processos compatíveis com sua função, incluindo interação com o administrador fiduciário;
- No caso de distribuição por conta e ordem, a verificação de que:
 - a) O distribuidor está autorizado a prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários, ou que realizará o depósito em entidade custodiante ou registro em mercado organizado, garantindo a identificação do cotista efetivo;
 - b) O distribuidor assumirá todas as responsabilidades referentes aos clientes, incluindo cadastro, verificação de identidade e demais obrigações originalmente atribuídas ao administrador fiduciário, conforme a regulação vigente.

Adicionalmente, a Parcitas deverá assegurar que o distribuidor cumpra com os requisitos estabelecidos na sua Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD/FTP), inclusive no que tange ao combate ao financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

16.4.2. Seleção e Contratação de Corretoras

No processo de seleção de corretoras, a Parcitas adota uma postura pautada na transparência, diligência e mitigação de conflitos de interesse. São levados em consideração fatores como estruturas de remuneração, eventuais benefícios indiretos e práticas que possam comprometer a isenção da escolha.

A gestora adota uma política formal de best execution, visando assegurar que as ordens sejam executadas sempre no melhor interesse dos Fundos e seus cotistas. Entre os principais deveres da Parcitas nesse processo, destacam-se:

- Consideração de múltiplos fatores, como preço, custos, velocidade de execução, probabilidade de liquidação, tamanho e natureza da ordem;

- Prioridade aos interesses dos cotistas, acima de qualquer vantagem própria;
- Adoção de medidas que evitem conflitos de interesse;
- Proibição de negociações paralelas ou conflitadas sem plena transparência e consentimento prévio;
- Obrigação de repassar integralmente aos Fundos quaisquer benefícios diretos ou indiretos decorrentes da execução das ordens.

A Parcitas poderá receber relatórios de análise (research) e outros serviços relacionados, além da execução de ordens, por meio de acordos de soft dollar. As diretrizes sobre esse tema constam no Código de Ética da gestora.

16.4.3. Seleção e Contratação de Cogestores

Nos casos em que houver contratação de cogestores para atuação em determinadas Classes de cotas, a Parcitas deverá:

- Verificar se o cogestor é instituição associada ou aderente à ANBIMA, salvo dispensa expressa nos termos do Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT);
- Estabelecer, no contrato de cogestão, as atribuições específicas de cada gestor, incluindo:
 - a) O mercado ou estratégia de atuação de cada cogestor;
 - b) A identificação das Classes de cotas abrangidas pela cogestão;
 - c) Quando aplicável, a limitação das ordens exclusivamente ao escopo de atuação definido junto ao custodiante.

16.5. Procedimento Pós Contratação de Terceiros

Tendo em vista a estrutura da Parcitas Investimentos, o processo para monitoramento contínuo do terceiro contratado será conciso e objetivo. Em linhas gerais, o Comitê de Riscos e Compliance, avaliará o desempenho do terceiro versus a expectativa e metas traçadas quando da sua contratação, a relação custo-benefício e o grau de segurança empregado nas suas tarefas. Sem prejuízo, em casos específicos, adotará controles mais rigorosos, conforme adiante detalhado na seção abaixo, a qual trata da supervisão baseada em risco para terceiros contratados.

A partir dos elementos supracitados, o Diretor de Riscos e Compliance incluirá no relatório anual de compliance um relatório sobre os serviços desempenhados por terceiros.

16.6. Supervisão Baseada em Risco para Terceiros Contratados

Após a formalização do vínculo contratual, a Parcitas Investimentos realizará a classificação dos terceiros contratados, incluindo o administrador fiduciário, com base na metodologia de Abordagem Baseada em Risco, a qual será revisada periodicamente ou sempre que identificado fato relevante que, no entendimento da Parcitas, possa comprometer a qualidade ou a segurança da prestação de serviços.

O objetivo central da supervisão baseada em risco é concentrar esforços de monitoramento sobre terceiros que apresentem maior probabilidade de falhas operacionais ou que possam representar risco significativo à integridade do mercado financeiro e aos interesses dos investidores.

16.6.1. Classificação de Risco

Todos os terceiros contratados serão enquadrados em uma das seguintes categorias de risco:

- Alto Risco / Médio Risco / Baixo Risco

Terceiros classificados como de Alto Risco estarão sujeitos a processos de supervisão mais frequentes e rigorosos, incluindo, no mínimo, uma reavaliação anual. Prestadores de serviços essenciais que, apesar de serem regulados, não sejam associados ou aderentes aos Manuais da ANBIMA, serão automaticamente enquadrados como Alto Risco.

16.6.2. Monitoramento Contínuo

O acompanhamento dos terceiros será de responsabilidade da Equipe de Riscos e Compliance, com o apoio do Diretor de Gestão, e deverá ser mantido ao longo de toda a vigência contratual. Esse acompanhamento contemplará:

- Avaliação da conformidade entre o objeto contratado e a entrega realizada;
- Verificação da tempestividade, qualidade e consistência das entregas;
- Identificação preventiva de atividades que possam representar riscos operacionais, reputacionais ou regulatórios;
- Análise do custo-benefício e do grau de segurança e controle empregado pelo terceiro;
- Monitoramento de qualquer alteração relevante na estrutura, capacidade ou reputação do terceiro que possa justificar sua reclassificação.

16.6.3. Relatórios e Ações Corretivas

A Equipe de Riscos e Compliance emitirá, com periodicidade mínima anual, relatório formal de avaliação, o qual será encaminhado por e-mail com confirmação de recebimento aos diretores e sócios da Parcitas, para ciência e eventuais providências.

Na hipótese de serem identificadas inconformidades ou ressalvas no desempenho do terceiro, este será formalmente notificado para correção no prazo estipulado pela Parcitas. O não cumprimento poderá ensejar a aplicação de penalidades contratuais, execução de cláusula indenizatória ou a descontinuidade da prestação do serviço, conforme previsto contratualmente ou nas normas regulatórias aplicáveis.

16.6.4. Limitações e Observações

A atualização do processo de Know Your Provider (KYP), ainda que essencial para a supervisão baseada em risco, não configura uma fiscalização direta da Parcitas sobre os terceiros contratados. Tal ressalva se justifica pelo fato de que esses prestadores, em sua maioria:

- São altamente regulados pela CVM, Banco Central e/ou autorregulados pela Anbima;
- Passam por processos de credenciamento criteriosos, com exigência de corpo técnico qualificado, políticas e manuais estruturados e treinamentos internos;
- São periodicamente fiscalizados por seus respectivos órgãos reguladores;
- Estão submetidos a regime informacional público e contínuo;
- Têm suas atribuições e responsabilidades claramente estabelecidas na regulação vigente.

16.6.5. Reavaliações Tempestivas

A Parcitas poderá reavaliar o enquadramento de risco de um terceiro a qualquer tempo, especialmente nos seguintes casos:

- Ocorrência de fato novo relevante;
- Alteração significativa nas características operacionais ou institucionais do terceiro;
- Dúvidas quanto à sua classificação original.

Esse processo reforça o compromisso da Parcitas com os princípios de diligência, integridade, responsabilidade e foco na proteção dos investidores.

16.7. Delegação de Responsabilidades da Parcitas

A Parcitas Investimentos poderá, quando cabível, contratar ou delegar a execução de determinadas atividades regulatórias sob sua responsabilidade, tais como, de forma exemplificativa:

- a realização do processo de Know Your Provider (KYP) em relação a prestadores de serviços complementares;
- o enquadramento prévio de operações;
- a verificação de critérios de elegibilidade e do lastro de ativos;
- entre outras atribuições compatíveis com a natureza dos serviços delegados.

Essas tarefas poderão ser atribuídas a terceiros prestadores de serviços dos Fundos de Investimento sob sua gestão, incluindo, mas não se limitando, ao administrador fiduciário e custodiante. No entanto, a responsabilidade final pela decisão de contratação e aprovação dos prestadores de serviços complementares continuará sendo da Parcitas, independentemente da delegação operacional eventualmente realizada. Ressalta-se que a Parcitas preservará o direito de regresso em relação à conduta de qualquer terceiro contratado, nos termos estabelecidos contratualmente.

Nos contratos celebrados com terceiros cuja atuação esteja sujeita à supervisão da Parcitas por força de obrigações regulatórias, será obrigatória a previsão contratual de rescisão unilateral, sem qualquer ônus para o Fundo, caso o terceiro deixe de atender aos critérios definidos nos processos internos de seleção e monitoramento da Parcitas. Nessas situações, deverá ser concedido ao terceiro um período de cura razoável para a correção das inconformidades identificadas, conforme previsto nas diretrizes internas de supervisão.

17. Divulgação de documentos e políticas no Website

Em cumprimento com a Resolução CVM 21 e CVM 175 a Parcitas deve disponibilizar em seu *website* as versões atualizadas dos seguintes documentos:

- Formulários de Referência;
- Regulamento anexos e apêndices atualizados;
- Informações periódicas e eventuais de cada fundo/classe;
- Sumário e simulação da remuneração dos prestadores de serviços essenciais;
- Fatos Relevantes;
- Convocação da assembleia de cotistas de fundos, classes e subclasses;
- Demonstração de desempenho dos fundos de investimentos;

- Lâmina dos fundos de investimentos;
- Identificação dos prestadores de serviço;
- Manual de Ética e Conduta;
- Política de Gestão de Riscos e Liquidez;
- Política de Investimentos Pessoais;
- Política de Rateio e Divisão de Ordens;
- Política de Voto em Assembleias Gerais;
- Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo;
- Plano de Continuidade de Negócios;
- Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos.

18. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas a presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

19. Revisão e Programa de Compliance

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade aos normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos e os resultados deverão ser objeto de discussão entre os membros do Comitê de Riscos e Compliance, sendo que eventuais deficiências e sugestões deverão constar no Relatório Anual de Riscos e Compliance.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Manual	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PC_1	Termo de Confidencialidade	Compliance	Anual	Compliance
PC_2	Termo de Compromisso	Compliance	Anual	Compliance
PC_3	Termo de Prop. Intelectual	Compliance	Anual	Compliance
PC_4	Procedimentos de LGPD	Compliance	Anual	Compliance
PC_5	Procedimentos Seg. Info	Compliance	Anual	Compliance
PC_6	Contratação de Distribuidores	Compliance	Anual	Compliance

PC_7	Contratação de Corretoras	Compliance	Anual	Compliance
PC_8	Verificação de CGA	Compliance	Anual	Compliance
PC_9	Treinamento EAD	Compliance	Anual	Compliance
PC_10	Atualização das Políticas	Compliance	Anual	Compliance
PC_11	Documentos website Parcitas	Compliance	Anual	Compliance

20. Controle de Versões

Nome do documento:	Manual de Compliance
Área de emissão:	Riscos e Compliance
Responsável:	Rodrigo Cefaly de Aranda Gatti

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.23	1.0	48	Comitê de Riscos e Compliance
25.05.24	1.1	48	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.25	1.2	51	Comitê de Riscos e Compliance

21. Anexo – Termos

Termo de Compromisso e Ciência

Por meio deste instrumento eu, _____,
inscrito no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins que:

Recebi, li e compreendi os seguintes manuais e políticas internas da PARCITAS INVESTIMENTOS:

- Manual de Controles Internos;
- Manual de Ética;
- Política de Investimentos Pessoais;
- Política de Rateio e Divisão de Ordens;
- Política de Gerenciamento de Risco;
- Política de Alocação e Seleção de Ativo;
- Plano de Desastres e Continuidade do Negócio;
- Política de Voto em Assembleia; e
- Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

Estou ciente de que as políticas e manuais acima passam a fazer parte dos meus deveres como Colaborador da PARCITAS INVESTIMENTOS, incorporando-se às demais regras de conduta adotadas pela PARCITAS INVESTIMENTOS. Declaro, ainda, que a leitura e a assinatura deste documento configuram formalmente minha participação no respectivo treinamento, seja ele inicial ou periódico, conforme aplicável.

Comprometo-me, ainda, a informar imediatamente a PARCITAS INVESTIMENTOS qualquer fato que eu venha a ter conhecimento que possa gerar algum risco para a PARCITAS INVESTIMENTOS, incluindo, mas não se limitando, acerca de violações ou possíveis violações das políticas e manuais acima por outros Colaboradores.

A partir desta data, a não observância de qualquer política interna poderá implicar na caracterização de falta grave, fato que poderá ser passível da aplicação das penalidades cabíveis, ensejando inclusive sua classificação como justa causa para efeitos de rescisão de contrato de trabalho, quando aplicável, nos termos da Consolidação das Leis de Trabalho, ou desligamento ou exclusão por justa causa, conforme minha função à época do fato, inclusive eventual obrigação de indenizar a PARCITAS INVESTIMENTOS e/ou

terceiros pelos eventuais prejuízos suportados, perdas e danos e/ou lucros cessantes, independente da adoção das medidas legais cabíveis.

Entendo que as regras estabelecidas nas políticas internas da PARCITAS INVESTIMENTOS apenas servem de complemento e esclarecem como lidar com determinadas situações relacionadas à minha atividade profissional e, portanto, não invalidam nenhuma disposição contratual de trabalho e/ou societária.

Esclareci todas as minhas dúvidas relacionadas aos princípios e normas estabelecidos pela PARCITAS INVESTIMENTOS em seus manuais e políticas internas, de modo que as compreendi e me comprometo a observá-las no desempenho das minhas atividades, bem como a participar assiduamente do programa de treinamento e de reciclagem a ser conduzido pela PARCITAS INVESTIMENTOS.

Tenho ciência de que é terminantemente proibido fazer cópias (físicas ou eletrônicas) ou imprimir os arquivos utilizados, gerados ou disponíveis na rede da PARCITAS INVESTIMENTOS e circular em ambientes externos à PARCITAS INVESTIMENTOS com estes arquivos sem a devida autorização, uma vez que tais arquivos podem conter informações confidenciais.

Tenho ciência de que, para fins de segurança do ambiente de trabalho, bem como atendimento aos procedimentos de compliance descritos no Manual de Compliance da PARCITAS INVESTIMENTOS e na regulamentação em vigor, esta: (i) poderá gravar qualquer ligação telefônica realizada ou recebida por meio das linhas telefônicas por ela disponibilizadas para minha atividade profissional, especialmente, mas não se limitando, às ligações da equipe de atendimento e da mesa de operação da PARCITAS INVESTIMENTOS; (ii) monitora toda e qualquer troca, interna ou externa, de meus e-mails, bem como meus acessos a sites e arquivos eletrônicos; (iii) colhe minhas digitais e biometria, indexando-as no sistema que permite acessos ao escritório; (iv) realiza filmagens em vídeo do ambiente de trabalho, nas quais poderei ser filmado, sendo que tais registros poderão ser utilizados, inclusive, como prova e para fins de atendimento a solicitações de autoridades reguladoras e autorreguladoras, sem necessidade de autorização adicional dos Colaboradores.

Tenho ciência de que meus Dados Pessoais, além da utilização para os fins previstos acima, serão utilizados conforme necessário para a formalização da contratação dos Colaboradores e inclusão na folha de pagamento da PARCITAS INVESTIMENTOS, razão pela qual declaro anuência que os dados poderão ser compartilhados, na medida em que for necessário para os fins aqui descritos, junto a assessores financeiros, contábeis e jurídicos terceiros, em especial: (1) nome, (2) endereço completo, (3) telefone residencial, (4) telefone celular, (5) e-mail, (6) CPF, (7) CTPS, (8) PIS, (9) RG, (10) documento militar, (11) título eleitor, (12) data nascimento, (13) local nascimento, (14) nacionalidade, (15) nome do pai, (16) nacionalidade pai, (17) nome da mãe, (18) nacionalidade mãe, (19) grau

de instrução, (20) estado civil, (21) nome do cônjuge, (22) sexo raça / cor, (23) dados bancários, (24) dados dos dependentes (nome, grau de parentesco e data de nascimento).

Tenho ciência de que a senha e login para acesso aos dados contidos em todos os computadores, inclusive nos e-mails, são pessoais e intransferíveis, de modo que me comprometo a não os divulgar para outros Colaboradores da PARCITAS INVESTIMENTOS e/ou quaisquer terceiros.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Colaborador

Termo de Confidencialidade

Por meio deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de Colaborador (“Colaborador”) da PARCITAS PARCITAS INVESTIMENTOS, declaro ciência e de acordo com relação ao seguinte:

1. São consideradas informações confidenciais (“Informações Confidenciais”), para os fins deste Termo, independente destas informações estarem contidas em discos, disquetes, pen-drives, fitas, outros tipos de mídia ou em documentos físicos, ou serem escritas, verbais ou apresentadas de modo tangível ou intangível, qualquer informação sobre a PARCITAS INVESTIMENTOS, seus sócios, contrapartes e clientes, incluindo:

- *Know-how*, técnicas, cópias, diagramas, modelos, amostras, programas de computador;
- Informações técnicas, financeiras ou relacionadas a estratégias de investimento e desinvestimento ou comerciais, incluindo, mas não se limitando a saldos, extratos e posições de clientes cujos veículos de investimentos são geridos pela PARCITAS INVESTIMENTOS;
- Operações estruturadas, demais operações e seus respectivos valores analisadas ou realizadas pelos veículos de investimentos geridos pela PARCITAS INVESTIMENTOS;
- Relatórios, estudos, opiniões e apresentações internas sobre ativos financeiros exceto quando forem disponibilizados ao público em geral;
- Relação de clientes, contrapartes comerciais, fornecedores e prestadores de serviços;
- Informações estratégicas, mercadológicas ou de qualquer natureza relativas às atividades da PARCITAS INVESTIMENTOS e a seus sócios ou clientes;
- Informações a respeito de resultados financeiros antes da publicação dos balanços e balancetes dos veículos de investimentos geridos pela PARCITAS INVESTIMENTOS;
- Transações realizadas e que ainda não tenham sido divulgadas publicamente; e
- Outras informações obtidas junto a sócios, diretores, funcionários, *trainees* ou estagiários da PARCITAS INVESTIMENTOS ou, ainda, junto a seus representantes, consultores, assessores, clientes, fornecedores e prestadores de serviços em geral;
- quaisquer informações protegidas por acordos de confidencialidade firmados pela PARCITAS INVESTIMENTOS, bem como informações sigilosas de propriedade e/ou posse da PARCITAS INVESTIMENTOS, contrapartes e clientes, sejam de natureza de relacionamento com clientes, jurídica, contábil, financeira, técnica, operacional ou de tecnologia, dados, planilhas, relatórios, respectivos clientes, potenciais clientes, lista

de clientes, parceiros, potenciais parceiros, potenciais fornecedores, prestadores de serviços e potenciais prestadores de serviços, modelo de negócios, finanças, métodos contábeis, métodos gerenciais, estrutura de preços e custos, código-fonte, patentes, segredos comerciais, direitos autorais, logomarcas, apresentações, *know-how*, softwares, planejamento estratégico, informações pessoais ou de pessoas, fluxo de caixa e estratégias de investimento em geral.

2. O Colaborador compromete-se a utilizar as Informações Confidenciais a que venha a ter acesso estrita e exclusivamente para desempenho de suas atividades na PARCITAS INVESTIMENTOS, comprometendo-se, portanto, a não divulgar tais Informações Confidenciais para quaisquer fins, a Colaboradores não autorizados, mídia, ou pessoas estranhas à PARCITAS INVESTIMENTOS, inclusive, nesse último caso, cônjuge, companheiro(a), ascendente, descendente, qualquer pessoa de relacionamento próximo ou dependente financeiro do Colaborador.

2.1 O Colaborador se obriga a, durante a vigência deste Termo e por prazo indeterminado após sua rescisão, manter absoluto sigilo pessoal e profissional das Informações Confidenciais a que teve acesso durante o seu período na PARCITAS INVESTIMENTOS, se comprometendo, ainda a não utilizar, praticar ou divulgar informações privilegiadas, *"Insider Trading"* e *"Front Running"*, seja atuando em benefício próprio, da PARCITAS INVESTIMENTOS ou de terceiros.

2.2 A não observância da confidencialidade e do sigilo, durante e mesmo após o término da vigência deste Termo, estará sujeita à responsabilização nas esferas cível e criminal, além de esferas administrativas competentes.

3. O Colaborador entende que a revelação não autorizada de qualquer Informação Confidencial pode acarretar prejuízos irreparáveis e sem remédio jurídico para a PARCITAS INVESTIMENTOS e terceiros, ficando deste já o Colaborador obrigado a indenizar a PARCITAS INVESTIMENTOS, seus sócios e terceiros prejudicados, nos termos estabelecidos a seguir.

3.1 O descumprimento acima estabelecido será considerado ilícito civil e criminal, ensejando devida sanção e possibilidade de desligamento/demissão por justa causa.

3.2 O Colaborador tem ciência de que terá a responsabilidade de provar que a informação divulgada indevidamente não se trata de Informação Confidencial.

4. O Colaborador reconhece e toma ciência que:

a) Todos os documentos relacionados direta ou indiretamente com as Informações Confidenciais, inclusive contratos, minutas de contrato, cartas, fac-símiles, apresentações a clientes, e-mails e todo tipo de correspondências eletrônicas, arquivos e sistemas computadorizados, planilhas, planos de ação, modelos de avaliação, análise, gestão e

memorandos por este elaborados ou obtidos em decorrência do desempenho de suas atividades na PARCITAS INVESTIMENTOS são e permanecerão sendo propriedade exclusiva da PARCITAS INVESTIMENTOS e de seus sócios, razão pela qual compromete-se a não utilizar tais documentos, no presente ou no futuro, para quaisquer fins que não o desempenho de suas atividades na PARCITAS INVESTIMENTOS, devendo todos os documentos permanecer em poder e sob a custódia da PARCITAS INVESTIMENTOS, salvo se em virtude de interesses da PARCITAS INVESTIMENTOS for necessário que o Colaborador mantenha guarda de tais documentos ou de suas cópias fora das instalações da PARCITAS INVESTIMENTOS;

b) Em caso de rescisão do contrato individual de trabalho, desligamento ou exclusão do Colaborador motivado por qualquer das partes, ou seja, pela PARCITAS INVESTIMENTOS ou pelo Colaborador, ele deverá restituir imediatamente à PARCITAS INVESTIMENTOS todos os documentos e cópias que contenham Informações Confidenciais que estejam em seu poder;

c) Nos termos da Lei 9.609/98, a base de dados, sistemas computadorizados desenvolvidos internamente, modelos computadorizados de análise, avaliação e gestão de qualquer natureza, bem como arquivos eletrônicos, são de propriedade exclusiva da PARCITAS INVESTIMENTOS, sendo terminantemente proibida sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo; sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação; a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público; a reprodução, a distribuição ou comunicação ao público de informações parciais, dos resultados das operações relacionadas à base de dados ou, ainda, a disseminação de boatos, ficando sujeito, em caso de infração, às penalidades dispostas na referida lei.

5. Ocorrendo a hipótese do Colaborador ser requisitado por autoridades brasileiras ou estrangeiras (em perguntas orais, interrogatórios, pedidos de informação ou documentos, notificações, citações ou intimações, e investigações de qualquer natureza) a divulgar qualquer Informação Confidencial a que teve acesso, o Colaborador deverá notificar imediatamente a PARCITAS INVESTIMENTOS, permitindo que a PARCITAS INVESTIMENTOS procure a medida judicial cabível para atender ou evitar a revelação.

5.1 Caso a PARCITAS INVESTIMENTOS não consiga a ordem judicial para impedir a revelação das informações em tempo hábil, o Colaborador poderá fornecer a Informação Confidencial solicitada pela autoridade. Nesse caso, o fornecimento da Informação Confidencial solicitada deverá restringir-se exclusivamente àqueles a que o Colaborador esteja obrigado a divulgar.

5.2 A obrigação de notificar a PARCITAS INVESTIMENTOS subsiste mesmo depois de rescindido o contrato individual de trabalho, ao desligamento ou exclusão do Colaborador, por prazo indeterminado.

6. Este Termo é parte integrante das regras que regem a relação de trabalho e/ou societária do Colaborador com a PARCITAS INVESTIMENTOS, que ao assiná-lo está aceitando expressamente os termos e condições aqui estabelecidos.

6.1 A transgressão a qualquer das regras descritas neste Termo, sem prejuízo do disposto no item 3 e seguintes acima, será considerada infração contratual, sujeitando o Colaborador às sanções que lhe forem atribuídas pelos sócios da PARCITAS INVESTIMENTOS.

Assim, estando de acordo com as condições acima mencionadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito produzirem.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Colaborador

Termo Propriedade Intelectual

Por meio deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ (“Colaborador”), DECLARO para os devidos fins:

(i) Que a disponibilização pelo Colaborador à PARCITAS INVESTIMENTOS, nesta data, dos documentos contidos no *pen drive* da marca _____, número de série _____ (“Documentos”), bem como sua futura utilização pela PARCITAS INVESTIMENTOS, não infringe quaisquer contratos, acordos ou compromissos de confidencialidade que o Colaborador tenha firmado ou que seja de seu conhecimento, bem como não viola quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros;

(ii) Ciência e concordância de que quaisquer alterações, adaptações, atualizações ou modificações, de qualquer forma ou espécie, nos Documentos, serão de propriedade exclusiva da PARCITAS INVESTIMENTOS, sendo que o Colaborador não poderá apropriar-se ou fazer uso de tais documentos e arquivos alterados, adaptados, atualizados ou modificados após seu desligamento da PARCITAS INVESTIMENTOS, exceto se aprovado expressamente pela PARCITAS INVESTIMENTOS.

Para os devidos fins, o Colaborador atesta que os Documentos foram duplicados no *pen drive* da marca _____, número de série _____, que ficará com a PARCITAS INVESTIMENTOS e cujo conteúdo é idêntico ao *pen drive* disponibilizado pelo Colaborador.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Colaborador



parcitas
investimentos